

3

Trabalhos Recentes

Entre os trabalhos recentes, estamos agrupando a *Moderna Gramática Portuguesa* (2005), de Evanildo Bechara; a *Gramática de usos do português*, de Moura Neves; e a dissertação de Mestrado de Maria Eliana Duarte Alves de Brito (1986).

É importante ressaltar que, até a 36ª edição, a Gramática de Bechara seguiu a visão tradicional. A partir da 37ª edição, revista e ampliada, a Gramática muda de orientação e tem uma visão mais atual da descrição linguística.

3.1

Evanildo Bechara

A análise apresentada por Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005), e que também é a posição do autor nas edições anteriores a esta, traz uma classificação bem diferente daquela que é defendida por Cunha e Cintra (2001) e ensinada tradicionalmente nas escolas.

3.1.1

Termos Nucleares e Termos Marginais

Primeiramente, o autor apresenta a divisão dos termos em *nucleares* e *marginais*. Assim, em

(42) “Graciliano falou **de temas universais em seus romances**.”,

“*de temas universais*” e “*em seus romances*” são considerados como *termos nucleares*, do ponto de vista sintático-semântico, por serem ambos essenciais para a complementação do sentido do verbo. Segundo Bechara, “*de temas universais*

explicita aquilo de que falam os romances de Graciliano Ramos, enquanto *em seus romances* faz alusão ao tipo de escritos nos quais o autor fala desses temas.” (Bechara, 2005). Já em

(43) “**Certamente**, Graciliano viveu **experiências amargas**, **durante sua vida**.”,

“*experiências amargas*” e “*durante sua vida*” são nucleares, porque também estão intimamente ligados à função predicativa da oração, mas “*certamente*” é considerado *termo marginal*, pois se refere à oração como um todo, não está referindo-se nem somente ao sujeito nem somente ao predicado.

3.1.2

Termos argumentais e termos não-argumentais

Bechara diz, ainda, que os *termos nucleares* nem sempre se referem à relação predicativa no mesmo grau de coesão e de dependência. Logo, em (43), embora ambos sejam termos nucleares, o termo “*experiências amargas*” estaria mais estreitamente ligado ao conteúdo semântico do verbo *viver* do que o termo “*durante sua vida*”, sendo o primeiro considerado um *termo argumental* ou *argumento*, por aparecer solicitado ou regido pelo significado lexical referido pelo verbo “viveu”; e o segundo um termo *não-argumental*, pois pode não aparecer na oração sem que esta se prejudique na sua estruturação sintático-semântica.

(43.a) “Graciliano viveu **experiências amargas**.”

*(43.b) Graciliano viveu **durante sua vida**.”

Essa classificação é importante para a nossa análise, sobretudo porque o que Bechara chama de *termo argumental* e de *termo não-argumental* equivaleriam àquilo que a gramática tradicional chama, respectivamente, de *complementos* ou termos *integrantes* e de *adjuntos* ou termos *acessórios*.

É importante a observação feita por Bechara de que “um termo argumental o é por motivação das características sintáticas e semânticas da relação predicativa, e não apenas pelo conteúdo designado.” (2005:413). Assim, a noção

de lugar, por exemplo, pode funcionar como argumental e como não-argumental. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor:

(44) “Ele mora no Brasil”.

(45) “Ele trabalha no Brasil”.

Na oração (44), não se pode retirar o termo “no Brasil” (*(44.a) Ele mora.), sendo este, portanto, um termo argumental. Já na oração (45), a retirada deste termo é completamente aceitável ((45.a) Ele trabalha.), o que o caracteriza como um termo não-argumental.

É preciso, entretanto, que se deixe claro que esta distinção entre termo argumental e termo não-argumental não se confunde com a noção de termo opcional e não-opcional. Muitas vezes um termo argumental pode ser dispensado por diversas razões – seja por estar subentendido, ou por já ter sido referido anteriormente, por exemplo, o que será tratado adiante.

3.1.3

Verbos Transitivos e Intransitivos

Quanto à oposição entre verbos intransitivos e transitivos, Bechara apresenta a distinção entre predicado *simples* ou *complexo*, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Os “verbos cujo conteúdo lexical é de grande extensão semântica e é necessário delimitar essa extensão semântica por meio de argumentos ou complementos verbais” (2005:415) são chamados de *Verbos Transitivos*, e dizemos que o predicado é *complexo*. Os verbos que apresentam “significado lexical referente a realidades bem concretas” não necessitam de argumentos, são chamados de *Verbos Intransitivos*, e dizemos que o predicado é *simples*.

Para Bechara, esta oposição entre verbo transitivo e intransitivo não é absoluta. Um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, dependendo do contexto.

3.1.4

Os Tipos de Argumentos

Bechara também difere dos Gramáticos Tradicionais no que diz respeito à classificação dos complementos verbais. Vejamos uma comparação entre a classificação tradicional de Cunha e Cintra e a de Bechara.

CUNHA e CINTRA	EVANILDO BECHARA
OBJETO DIRETO	OBJETO DIRETO
OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO	OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO
OBJETO DIRETO PLEONÁSTICO	*A PREPOSIÇÃO COMO POSVÉRBIO
OBJETO INDIRETO	*COMPLEMENTO RELATIVO
OBJETO INDIRETO PLEONÁSTICO	*OBJETO INDIRETO
	* “DATIVOS LIVRES”
	*COMPLEMENTO PREDICATIVO

a) Objeto Direto

Ao apresentarem o objeto direto, Cunha e Cintra limitam-se à definição deste complemento como “o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal. Bechara (2005:416), além de defini-lo desta forma, apresenta algumas estratégias para identificá-lo. Estas, entretanto, não serão de todo infalíveis, o que faz com que tenhamos que utilizar sempre mais de uma forma de identificação. Esta observação de Bechara – também feita por Maria Eliana Duarte Alves de Brito (1986), como veremos em seguida – é importante, uma vez que a generalização ao se procurar identificar o complemento, como faz a gramática tradicional e os livros didáticos, pode causar inúmeros problemas ao aprendiz.

Como primeira característica do objeto direto, o autor aponta a possibilidade de comutação deste complemento pelos pronomes oblíquos *o, a, os, as*.

Entretanto, as pronominalizações não são possíveis nas frases cujos verbos significam *peso, medida, preço e tempo*:

(46) O corredor mede **dez metros**.

*(46.a) O corredor mede-os.

(47) A mulher pesa **noventa quilos**.

*(47.a) A mulher pesa-os.

(48) O presente custou **vinte reais**.

*(48.a) O presente custou-os.

(49) A aula dura **cinquenta minutos**.

*(49.a) A aula dura-os.

Outro problema pode ser encontrado na estratégia de substituição do complemento direto pelos pronomes interrogativos *quem?* [é que] (para pessoas) e [o] *que?* [é que]:

(50) O menino viu **a namorada**. (Quem é que o menino viu? – a namorada)

O problema está no fato de que tal substituição gera frases que não são naturais, embora sejam possíveis, com os verbos da natureza semântica referida acima:

*(46.b) O que é que o corredor mede?

*(47.b) O que é que a mulher pesa?

É muito comum, também, estabelecer-se relação entre a presença de um objeto direto e a possibilidade de passagem da oração para a voz passiva. Acontece que, como aponta Bechara, embora essa conversão seja uma característica muito comum da transitividade, não chega a ser regra geral.

(51) O carro atropelou **o cachorro**.

(51.a) O cachorro foi atropelado pelo carro.

(52) Eu quis **o livro**.

*(52.a) O livro foi querido por mim.

Além disso, diferentemente do que se apresenta nos compêndios escolares, há certos casos de predicados que não possuem objeto direto, mas que admitem a transformação da voz ativa em voz passiva. Vejamos o exemplo abaixo, apresentado por Bechara:

(53) Assistimos **à missa**.

(53.a) A missa foi assistida por nós.

Esse fato reflete uma tendência do português brasileiro de apassivar complementos introduzidos pela preposição *a*. Por outro lado, nota-se a supressão desta preposição, como se vê em verbos como *assistir*, *obedecer*, *pagar*, entre outros.

b) Objeto Direto Preposicionado

Algumas vezes, o objeto direto aparece iniciado por preposição. Ao contrário de Celso Cunha, Bechara não menciona o uso exclusivo da preposição *a*.

O objeto direto preposicionado ocorre nos seguintes casos: a) nos verbos que exprimem sentimentos; b) quando se deseja evitar a ambiguidade, principalmente quando ocorre inversão; c) na expressão de reciprocidade; d) com o pronome relativo *quem*; e) nas construções paralelas com pronomes oblíquos.

O autor apresenta, ainda, o Objeto Direto Pleonástico (citado por Celso Cunha) como uma das formas possíveis de ocorrência do Objeto Direto Preposicionado, não como uma categoria à parte.

Bechara chama atenção para o fato de a preposição somente ser adicionada ao complemento para evidenciar o contraste entre este e o sujeito. Isso o diferencia do que Bechara chama de “A preposição como *posvérbio*”. Esta classificação, que não aparece nas gramáticas tradicionais, refere-se aos casos em que a preposição é colocada com a função de “acrescentar um novo matiz de sentido”, como por exemplo:

(54) Cumprir **o dever**/ Cumprir **com o dever**.

c) O Complemento Relativo e o Objeto Indireto

O complemento que conhecemos tradicionalmente como Objeto Indireto é apresentado por Bechara, como por Rocha Lima, subdividido. Segundo o autor, há o que chama de *Complemento Relativo*, o qual vem introduzido por uma preposição que constitui uma extensão do signo léxico verbal – cada verbo se acompanha de sua própria preposição – e, cuja escolha, depende da norma estabelecida pela tradição.

(55) Nós gostamos **de cinema**.

(56) O marido não concordou **com a mulher**.

(57) Poucos assistiram **ao concerto**.

É interessante notar que Bechara faz menção à possibilidade de, para muitos verbos, haver a alternância entre a construção do complemento direto e do complemento relativo e ao fato de isso ser admitido pela norma culta. Cunha também cita esta possibilidade, ressaltando seu uso na “linguagem coloquial brasileira”.

(58) Atender **o telefone**/ Atender **ao telefone**.

(59) Assistir **os carentes**/ Assistir **aos carentes**.

(60) Satisfazer **o pedido**/ Satisfazer **ao pedido**.

O *complemento relativo* é comutável pelos pronomes pessoais tônicos *ele, ela, eles, elas*, introduzidos pela respectiva preposição. Além disso, para Bechara, por delimitarem a extensão semântica do verbo, “incluem-se como complemento relativo os argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais”, visão que não é compartilhada com unanimidade por outros estudiosos seguidores da NGB, que preferem considerar tais termos como adjuntos adverbiais.

(61) Seus parentes moram **no Rio**.

(62) O artista vive **em São Paulo**.

(63) Iremos **a Petrópolis**.

Quanto ao *objeto indireto*, Bechara, como Rocha Lima, somente inclui nesta categoria aqueles complementos introduzidos por preposição *a*, comutáveis por *lhe, lhes* e que se subsidiam ao *objeto direto*⁶, referindo-se à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa. O autor chama atenção para o fato de, muitas vezes, parecer que encontramos a preposição *para* como preposição introdutória do objeto indireto, mas enfatiza que, nestes casos, não se trata de complemento indireto.

Desta forma, observamos que o que a gramática tradicional chama de *objeto indireto* engloba tanto o que Bechara considera *complemento relativo* – com exceção dos argumentos locativos – quanto o que ele considera *objeto indireto*. Assim, nos exemplos abaixo,

(64) As meninas gostam **de balas**.

(65) Ele escreveu **cartas aos pais**.

(66) Seus pais moram **em Fortaleza**.

⁶ Bechara aponta como exceções os verbos agradecer, desagradar, pertencer, ocorrer, acontecer, cheirar, interessar, aparecer e sorrir, que não precisam estar ligados ao Objeto Direto.

pela gramática tradicional, os termos “de balas” e “aos pais” são considerados objetos indiretos e, “em Fortaleza”, adjunto adverbial de lugar. Já na visão de Evanildo Bechara, “de balas” e “em Fortaleza” seriam complementos relativos, por estarem diretamente ligados ao sentido do verbo, e “aos pais” seria um objeto indireto.

Ainda como complemento preposicionado, Bechara diferencia uma última categoria de complementos, à qual chama de *Dativos Livres*, que aparecem sob a forma de objeto indireto, mas não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado. Podem ser: dativo de interesse, ético, de posse e de opinião, como nos exemplos:

(67) Ele ligou-*me* amavelmente a luz. (de interesse)

(68) Não *me* mexam nos papéis! (ético)

(69) Doem-*me* as costas. (de posse)

(70) *Para nós* ela é culpada. (de opinião)

d) O Complemento Predicativo

Bechara contraria a gramática tradicional ao considerar o predicativo como um argumento, um complemento verbal⁷, pelo aspecto semântico intrinsecamente relacionado com o verbo e portador de traços essenciais do sujeito. O autor aponta o fato de haver características semelhantes entre tal complemento e o complemento direto: “a) ambos matizam a extensão semântica do verbo, funcionando como seu delimitante; b) aparecem normal e imediatamente (sem preposição) à direita do verbo; c) são comutáveis por pronome átono (...); d) muitas das construções oracionais com predicativo são equivalentes (...) a orações com verbos que exprimem ação e processo” (2005:425).

Entretanto, cabe-nos observar que o complemento predicativo apresenta algumas particularidades que os distinguem dos demais argumentos verbais.

⁷ No item 3.3.2.2, trataremos do posicionamento de Maria Eliana Duarte Alves de Brito (1986) a respeito dos verbos de ligação como predicadores.

Primeiramente, o predicativo concorda em gênero e número com o sujeito da oração. Além disso, tal complemento, qualquer que seja o gênero e o número de seu núcleo, é comutável pelo pronome invariável *o*, quando o verbo é *ser*, *estar*, *ficar* e *parecer*.

(71) Marina é minha irmã.

(71.a) Marina *o* é.

(72) Minha mãe continua insistente.

*(72.a) Minha mãe *o* continua.

Por fim, orações construídas com tais verbos não são passíveis de conversão para a voz passiva, como ocorre com as orações que têm complemento direto.

3.1.5

Os determinantes circunstanciais ou adverbiais

Como já fora mencionado neste trabalho, levada exclusivamente pelo aspecto semântico, a gramática tradicional igualou também sintaticamente os termos que denotam circunstâncias de lugar, tempo, etc., considerando-os todos como adjuntos adverbiais, isto é, como termos não-argumentais.

Ocorre que, muitas vezes, esses termos são obrigatórios, pertencem à regência do verbo e são, assim, necessários à completude da construção sintática. São, portanto, considerados por Bechara como complementos relativos (vide item 3.1.4. - c).

(73) O menino caiu **do balanço durante a brincadeira**.

(73.a) O menino caiu **durante a brincadeira**.

(73.b) O menino caiu **do balanço**.

Notemos a diferença entre os termos “*do balanço*” e “*durante a brincadeira*”. O termo “*do balanço*” é obrigatório, sendo considerado *complemento relativo* de “*cair*”; já o termo “*durante a brincadeira*” é mero acréscimo à informação e será denominado por Bechara como *adjunto circunstancial*. Segundo o autor, “os adjuntos adverbiais são semântica e sintaticamente opcionais.”

3.2

Maria Helena de Moura Neves

A *Gramática de Usos do Português* de Moura Neves (2000) é de orientação funcionalista. Já na “Apresentação” (p.15), a autora deixa claro que a orientação teórica do trabalho é basicamente considerar que o texto é a unidade maior de funcionamento da língua e que os itens são multifuncionais.

Neves ressalta o papel dos verbos como predicados das orações. Segundo a autora, “só não constituem predicados os verbos que modalizam (poder, dever, precisar), os que indicam aspecto e os que auxiliam a indicação de tempo e voz” (2000:25). Ela define ainda a predicação como “o resultado da aplicação de um certo número de **termos** (que designam entidades) a um **predicado** (que designa propriedades ou relações).

Diferentemente do que se viu em Rocha Lima e em Bechara, Moura Neves relaciona a transitividade verbal à valência verbal, isto é, “a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos (sujeito e complemento), compondo-se a estrutura argumental” (2000:28).

Segundo a transitividade, a autora divide os verbos em quatro classes principais, a saber:

- a) Verbos cujo objeto sofre mudança no seu estado;

Neste caso, o objeto que ocorre é um objeto não-preposicionado, ou seja, um objeto direto. De acordo com o tipo de mudança registrada em tal objeto

paciente, Moura Neves apresenta uma subclassificação desses verbos. Aos verbos que se referem à criação de objeto, a autora chama *efficiendi*; aos verbos que se referem à mudança no objeto, a autora chama *afficiendi*.

(74) Só Túlio CONSTRUIU em tempo sua arca e se salvou.

(75) Pretende-se DEMOLIR a casa antiga.

(76) Maria QUEBRAVA copos pela casa.

- b) Verbos cujo objeto não sofre mudança física, i.e., não é um paciente afetado;

Neste caso, o complemento pode ser não-preposicionado (objeto direto) ou preposicionado, podendo este ser:

b.1. De lugar: O sujeito localiza-se ou movimenta-se, tendo como referência espacial o complemento;

(77) Maria ESTÁ em casa de Dona Dedé.

(78) Você VEM do Rio de Janeiro?

b.2. De direção: O objeto indica meta (alvo) ou fonte (proveniência);

(79) OLHOU para o alto.

(80) ABORRECEU-SE com isso.

b.3. Associativo: O verbo indica uma ação recíproca, e o objeto tanto pode ser meta como associado.

(81) Mais tarde Tertó CONVERSOU com Bentinho.

- c) Verbos que possuem um complemento não-preposicionado (objeto direto) e um complemento preposicionado.

Neste caso, o sujeito mais comum seria o agente, e o objeto direto mais facilmente encontrado é um paciente de mudança. O complemento preposicionado pode ser de vários tipos, a saber:

c.1. De lugar: A mudança no objeto direto é espacial, relacionada com o complemento (lugar onde ou para onde);

(82) A irmã COLOCOU o roupão no cabide.

c.2. Beneficiário: O objeto indireto mais ocorrente é um dativo humano representando aquele que se beneficia da transação.

(83) DEU ao genro um engenho com setenta escravos.

c.3. Instrumental: O instrumental vem como complemento preposicionado.

(84) Você ENCHEU a bexiga de sangue?

d) Verbos que têm complementos oracionais.

Ainda na “Apresentação”, há uma observação importante para a nossa análise: “(...) algumas classes de palavras gramaticais (como as preposições) se deixam analisar, privilegiadamente, no sistema de transitividade, que é o que define as relações semânticas na oração, e respondem, pois, primordialmente, pela função ideacional nesse nível” (2000:19).

Esse critério vai conduzir, na Parte IV da Gramática, o estudo das preposições que funcionam dentro ou fora do regime da transitividade. Segundo Neves, as preposições que funcionam no sistema de transitividade (ou seja, preposições que introduzem complementos) são: **a, até, com, contra, de, em, entre, para, por, sob e sobre**.

Esses dados serão importantes para nossa análise, sobretudo no que se refere ao valor semântico das preposições que introduzem complementos ou adjuntos. Podem servir de subsídio para o papel semântico desses itens lexicais nas estruturas que estamos estudando e no confronto com a observação de Cunha

e Cintra sobre o relativo esvaziamento semântico das preposições introdutoras de adjuntos adverbiais.

3.3

Maria Eliana Duarte Alves de Brito

Maria Eliana Duarte Alves de Brito, em sua dissertação de Mestrado (1986), se propõe a estudar os elementos nominais básicos do verbo, a fim de melhor explicar o fenômeno da complementação verbal.

Para Brito, o verbo é o elemento central da frase. É ele que determina quais os elementos nominais que são básicos, tanto em relação ao elemento à sua esquerda, quanto em relação aos elementos à sua direita. O verbo é, então, o elemento que não pode faltar numa frase completa; ele especifica o tipo de sujeito – ou até se há ou não sujeito – e determina o tipo de complemento à direita. Sua proposta relativa à noção de complementação é, portanto, mais abrangente do que a noção de transitividade como é tratada tradicionalmente. Esta posição coincide com a da Gramática de valências, embora a autora não se tenha baseado nessa teoria.

Brito afirma que a maioria dos estudos sobre o assunto analisa como fazendo parte da transitividade tão somente os elementos nominais colocados à direita do verbo, chamando-os complementos. O elemento sujeito, que aparece normalmente à esquerda do verbo, não é levado em consideração dentro do esquema dos complementos verbais. Segundo a autora, Mattoso Câmara Jr. (1968:291) é um dos poucos autores que, ao falar de transitividade e de predicação, faz questão de referir-se ao nexos “que se estabelece entre o predicado e seu sujeito”.

A autora acrescenta que, para outros estudiosos, no entanto, transitividade significa “predicação incompleta”, ou seja, a necessidade de um elemento ser complementado por outro, mas geralmente não fica explícito se essa necessidade é semântica ou sintática. São chamados transitivos os verbos que exigem um ou

mais complementos – denominados de objeto direto, objeto indireto, ou até estudados com outros nomes por haver algumas divergências de nomenclatura, como vimos. E chamados de intransitivos os verbos que não exigem complemento à sua direita. Alguns compêndios discutem certos verbos que podem apresentar-se ora em seu uso transitivo, ora com seu uso intransitivo, mas não discutem o porquê desse fenômeno.

3.3.1

O Plano das Potencialidades e o Plano das Realizações

Na análise de Brito, a classificação verbal no português é apresentada conforme o comportamento dos verbos em dois planos básicos: o **Plano das Potencialidades (PP)** e o **Plano das Realizações (PR)**. No primeiro plano, o verbo é analisado a partir de sua capacidade (semântica) completa, sendo estabelecidos os elementos nominais que devem ocupar os espaços – lugares básicos exigidos pelo verbo –, como forma de garantir sua integridade sintática e semântica. No segundo plano, o verbo é tratado a partir das realizações dos seus complementos. Neste, ao contrário do Plano das Potencialidades, pode ocorrer a omissão de um determinado elemento, sem que a semântica e a sintaxe do verbo sofram quaisquer danos.

Logo, em:

(85) Maria ensina inglês a meu irmão.

temos que, no **Plano Potencial**, *ensina* é um verbo transitivo de 3 espaços, sendo o espaço 1 ocupado por *Maria*, o espaço 2 por *inglês* e o espaço 3 ocupado pela pessoa a quem ela ensina inglês, *meu irmão*. Já no **Plano das Realizações**, entretanto, *ensina* é um verbo transitivo de 3 espaços, mas que admitiria a omissão do espaço C, como em

(86) Maria ensina inglês.

O Plano Potencial prevê ainda que, relacionados opcionalmente ao verbo, podem ocorrer outros termos que não são elementos nominais básicos. Assim, podemos ter:

(86) Maria ensina inglês a meu irmão **todo dia**.

O termo “espaço” está sendo usado aqui com o sentido de complemento, ou seja, com o sentido de elemento nominal básico exigido pelo verbo no plano potencial. O não preenchimento de um espaço – complemento – no plano das realizações pode ser devido a uma simples omissão voluntária possível de ser recuperável no contexto em que a frase está inserida ou à inexistência do espaço-complemento no plano das realizações, embora esse complemento esteja previsto no plano potencial.

Para melhor explicar a distinção entre potencialidade e realizações dos complementos dos verbos nas frases, Brito recorre à distinção entre sistema e estrutura proposta por Halliday (1967). Segundo o autor, o nível sistêmico expressa as relações básicas, fundamentais. Já o nível estrutural refere-se às manifestações na frase, sendo este inteiramente derivado daquele.

Observando a ausência de um espaço-complemento em relação ao verbo da frase, Brito distingue os seguintes casos:

- a) O espaço-complemento não ocorre em nenhum dos dois planos porque ele não é pedido pelo verbo no plano potencial;
- b) O espaço-complemento não ocorre no plano das realizações em virtude de ser recuperável no contexto, mas esse espaço existe no plano potencial e é subentendido no plano das realizações. Os efeitos de tal ausência são estilísticos, discursivos.
- c) O espaço-complemento não ocorre no plano das realizações, mas ele existe no plano potencial; trata-se de uma omissão desejada, intencional. Há dois casos possíveis:

c.1) O complemento é recuperável porque um outro elemento da própria frase já expressa em si a informação do complemento verbal omissa.

(87) O pianista virá tocar amanhã. (o complemento “piano” é indispensável, uma vez que já está indicado na palavra “pianista”. Caso o pianista toque algum outro instrumento, este sim deve ser especificado.);

(88) Meu tio bebe. (o complemento “o que ele bebe” é indispensável, uma vez que, quando omitimos o complemento do verbo beber, subentende-se que seja bebida alcoólica);

c.2) A informação do complemento omissa é considerada pelo falante como irrelevante; o significado do verbo se mantém inalterado com a presença ou a omissão do complemento.

(89) Na época da mudança, dei todos os meus livros. (é irrelevante dizer “a quem”).

Diante desses fatos, a autora conclui ser no Plano Potencial, e não no Plano das Realizações, que se delimita o que é ou não complemento verbal. Ela afirma que Halliday (1976:144), ao falar da importância de se distinguir entre o que é obrigatório e o que é opcional, explica o seguinte:

“A distinção entre papéis obrigatórios e opcionais ajuda-nos a relacionar as funções de transitividade a um sistema de ‘tipos de orações’. Como, entretanto, isso envolve o reconhecimento de que um elemento “obrigatório” pode, de fato, estar ausente, utilizaremos antes o termo “inerente” do que o termo “obrigatório”. Uma função inerente é a que está sempre associada a um dado tipo de oração, mesmo que não esteja necessariamente expressa na estrutura de todas as orações desse tipo. (Não nos referimos aqui às elipses, que são uma questão de estrutura textual).”

Assim, distingue-se um verbo intransitivo de um verbo transitivo no plano potencial, mantendo-se, no plano das realizações, a mesma classificação do plano potencial, especificando-se, no entanto, as omissões ocorridas.

Brito lembra ainda que, ao se definir a transitividade como a capacidade de o verbo apresentar um ou mais espaços-complementos à sua direita, deve-se indagar se os chamados verbos de ligação se enquadram nessa noção de transitividade. Apesar de as relações estabelecidas entre o verbo de ligação e seus espaços A e B serem muito específicas, próprias e diferentes das relações existentes entre os verbos que não são de ligação e seus respectivos espaços-complementos, os verbos de ligação também são considerados por ela como verbos transitivos.

Desse modo, ao verbo, elemento principal da frase, podem estar ligados um, dois, três, quatro ou nenhum elemento nominal básico, conforme as exigências de cada um.

3.3.2

Análise dos espaços nominais básicos ligados ao verbo

3.3.2.1

O espaço A: Sujeito

Para estudar a complementação verbal, Brito considera imprescindível englobar todos os espaços nominais básicos referentes ao verbo e, por isso, inclui em sua análise o espaço A, denominando-o sujeito.

Brito define o sujeito como sendo “o elemento nominal básico que ocorre normalmente à esquerda do verbo e com o qual o verbo concorda. Seu valor nocional é variado, pois pode corresponder a tipos diferentes, conforme a frase esteja na voz ativa ou passiva, conforme o verbo seja de ação, de percepção ou de outros tipos, conforme o fato expresso na frase seja voluntário ou não, e ainda conforme vários outros aspectos.” (1986:37).

Segundo a autora, a maioria dos verbos da língua portuguesa exige no plano potencial a presença de um sujeito e a minoria é composta de verbos impessoais.

Quando o verbo tem o preenchimento potencial do espaço A, a língua tem dois recursos no plano das realizações: a) o preenchimento aparece explícito na frase sob a forma de um elemento lexical ou de um elemento oracional; ou b) não há o preenchimento sob a forma de um recurso lexical explícito, podendo vir marcado na desinência número-pessoal do verbo ou ficando apenas subentendido através do processo conhecido como indeterminação do sujeito.

Há, entretanto, verbos aos quais não está relacionado nenhum espaço A. Essa é uma característica própria de verbos como “chover”, “trovejar”, “nevar”, que expressam fenômenos da natureza, e de verbos como “ser” e “estar” acompanhados de palavras ou expressões adverbiais (cedo, tarde, de manhã, de tarde, etc.). Esses verbos indicam tão-somente o fato; aparecem sob a forma de 3ª pessoa do singular, porque é essa a forma não marcada em português. São chamados de impessoais nos estudos gramaticais.

Brito chama atenção para a problemática causada pelos verbos impessoais com complemento no espaço B, uma vez que estes vêm sendo usados ora como impessoais, ora como pessoais. Segundo ela, parece que os falantes “sentem” o elemento nominal presente na frase como sujeito do verbo e, por isso, fazem a concordância. Além disso, acrescenta, nem sempre o espaço B ligado a esses verbos se comporta como o complemento conhecido como objeto direto; nem sempre são cliticizáveis e não admitem voz passiva.

3.3.2.2

O espaço B

Denomina-se espaço B o segundo elemento nominal básico ligado ao verbo e previsto no plano potencial. Este ocorre à direita do verbo e completa seu sentido sob o aspecto semântico e o sintático. Pode ser preenchido por vários tipos

de elementos nominais, diferenciando-se uns dos outros por características próprias em sua semântica e em sua sintaxe. Podem, portanto, apresentar ou não preposição, dependendo da exigência do verbo; quanto à sua semântica, podem indicar o alvo, o beneficiário, o atributo o locativo, etc.

A autora analisa em seu trabalho alguns tipos de espaço B, a saber:

- objeto direto;
- complemento indicativo de medida;
- complemento relativo;
- objeto indireto;
- complemento relativo opcional;
- predicativo;
- complemento locativo;
- complemento especificativo ou restritivo.

A) OBJETO DIRETO

O espaço B-objeto direto apresenta duas características básicas. A primeira é ser um elemento nominal básico ligado ao verbo sem preposição – embora haja casos de objetos diretos preposicionados, mas a presença da preposição não é uma exigência do verbo. A segunda é haver sempre a possibilidade de ser cliticizado em *o, a, os, as*.

(91) Maria lê **as cartas**.

(91.a) Maria **as** lê.

(92) O funcionário abre **o portão**.

(92.a) O funcionário **o** abre.

Os valores semânticos do objeto direto são variados. Em geral, o objeto direto indica o alvo, ou seja, indica o elemento que recebe a ação iniciada no sujeito. Pode, no entanto, ter outros valores. Verbos como *apreciar, ouvir, dizer, aprender, entender*, por exemplo, têm significados ligados aos sentidos e às

características mentais, e o elemento nominal que ocorre à sua direita não tem valor de alvo.

É importante ressaltar que uma característica desse tipo de espaço B é nunca ter valor de predicativo ou locativo.

Quanto à sua realização, por ser um elemento que completa o significado do verbo, é natural e esperado que esse elemento seja imprescindível à construção sintática e semântica da frase. Isso é o mais comum de ocorrer na língua portuguesa. No entanto, Brito aponta que, alguns verbos que, no plano potencial, apresentam um objeto direto, admitem a omissão desse espaço no plano das realizações.

A omissão do objeto direto ocorre quando há a possibilidade de o verbo expressar por si só, de maneira clara e precisa, uma determinada ideia no plano das realizações, não sendo necessário, portanto, especificar o elemento nominal à sua direita. Esses verbos formam dois grupos:

a) verbos cujo sentido parece não se alterar quando usados sem seu objeto direto.

(93) Agora é minha vez de falar.

(94) Você devia saber cozinhar.

b) verbos cujo sentido se restringe quando há omissão de seu objeto direto.

(95) Aquela moça ama a mãe.

(95.a) Aquela moça está amando.

Convém ressaltar que o tempo verbal e outros elementos da frase também influem na possibilidade de omissão do objeto direto.

(96) O rapaz estuda medicina.

(96.a) Meu tio estudou cinco anos neste colégio.

(97) Nós bebemos limonada.

(97.a) Todos os meus amigos bebem.

A autora acrescenta que o conteúdo semântico do verbo é de extrema importância. Por isso, afirma que existem algumas condições para que possa ocorrer a omissão do objeto direto, a saber:

Condição A: Quando o tempo verbal usado expressar ideia de hábito, costume, repetição, como ocorre quando são usados o presente, o pretérito imperfeito do indicativo ou outros tempos que transmitam essa ideia.

(98) O fogo destroi.

(99) Minha mãe cozinhava.

Outra forma verbal que também torna possível a omissão do objeto direto é o infinitivo em orações substantivas reduzidas e em certas locuções verbais.

(100) Gosto de namorar.

(101) É importante amar.

Condição B: Quando o verbo for empregado acompanhado de um advérbio de intensidade, modo, tempo ou lugar.

(102) Meu filho come bem.

(103) Meu irmão lia diariamente.

Condição C: Quando na frase há elementos que podem ajudar a especificar a ideia expressa pelo verbo.

(104) O pianista tocou muito bem.

Brito também tece alguns comentários sobre os verbos causativos, ou seja, aqueles cujos sujeitos são agentes da ação verbal. Segundo a autora, “diante da característica de o verbo causativo explicitar, como o próprio nome diz, a CAUSAÇÃO e o seu elemento à direita indicar o elemento “afetado” pela causação, é de se esperar que esse elemento nominal “afetado” precise ser

enunciado, tanto no plano potencial, quanto no plano das realizações.” (1986:73,74).

(105) João abriu **a porta**.

*(105.a) João abriu.

(106) O menino quebrou **o brinquedo**.

*(106) O menino quebrou.

Entretanto, alguns tipos de frases com sujeito [- anim] aceitam a omissão do objeto:

(107) As frituras engordam **você**.

(107.a) As frituras engordam.

Por outro lado, observa-se que isto só é possível porque tais frases têm o verbo no tempo presente, dando ideia de uma afirmação genérica, possibilitando a omissão do espaço B, como já fora comentado.

*(107.b) As frituras engordaram.

B) O ESPAÇO B COM VALOR DE COMPLEMENTO INDICATIVO DE MEDIDA

Brito analisa também o espaço B com valor de complemento indicativo de medida, pedido por verbos como *pesar*, *medir*, *custar*, *correr*, *crescer*, *durar* e outros.

Segundo ela, os verbos *pesar*, *medir* e *custar* correspondem a mais de um verbo cada um. O verbo *pesar* pode significar 1- “fazer a pesagem” ou 2- “ter o peso de”, como se observa nos exemplos a seguir:

(108) O açougueiro **pesou** a carne. (sujeito agentivo; pesar¹ = “fazer a pesagem”)

(109) A carne **pesa** dois quilos. (sujeito não-agentivo; pesar² = “ter o peso de”).

O verbo *pesar* permite, no plano das realizações, a omissão do espaço B quando o significado é “ter peso”, “ter muito peso”, “ser pesado”.

(110) O ar pesa.

O verbo *medir* pode significar 1-“tirar as medidas” ou 2-“ter as medidas”. Quando o significado é “ter as medidas”, não permite a omissão do espaço B:

(111) O menino mediu a corda. (medir¹)

(112) O menino mede um metro e meio. (medir²)

*(112.a) O menino mede.

O verbo *custar* pode ter três diferentes significados: 1-“demorar”; 2-“ser difícil, custoso” – e, nesse caso, pede três espaços nominais no plano potencial –; e 3-“ter o custo de”, “ter o valor de” – também pede três espaços no plano potencial.

(113) O professor custou a chegar. (custar¹)

(114) Este trabalho custou a meu pai um grande sacrifício. (custar²)

*(114.a) Este trabalho custou a meu pai.

(115) A estrada custou ao país milhões de reais. (custar³)

(115.a) A estrada custou milhões de reais.

*(115.b) A estrada custou.

No exemplo (114), “um grande sacrifício” é o espaço B do tipo objeto direto e não pode ser omitido no plano das realizações. O exemplo (115.a) mostra que o espaço C (“ao país”) pode ser omitido; mas *custar*³ não admite a omissão de seu espaço B (“milhões de reais”), como se vê em (115.b).

Conclui-se, portanto, que o espaço B que indica medida apresenta as seguintes características:

- a) é preenchido por um elemento em geral obrigatório⁸;
- b) não é cliticizável;
- c) é um elemento do campo semântico das medidas – peso, metragem, preço, distância ou duração de tempo;
- d) é, em geral, um espaço preenchido por um sintagma nominal.

O complemento indicador de medida pode também ser preenchido por pseudo-advérbios, como *muito*, *pouco*, *caro*, *barato*, etc.. Brito chama atenção para a classificação feita por Bomfim (1976:18), que chama vocábulos como *muito* e *pouco* de quantificadores, observando que a tradição gramatical os chama de pronomes indefinidos.

(116) Andou muito./ Andou muitas léguas.

(117) Andou demais./ Andou léguas demais.

Em exemplos como (116) e (117), Bomfim comenta que “expresso ou não o objeto, o que está em jogo é o espaço percorrido(...)”. Assim, esses complementos se assemelham a quantificadores e equivalem a sintagmas nominais (*muito* = muitos quilos; *caro* = muito dinheiro) e, segundo Pimenta-Bueno, podem ser designados como *formas suplentes* de sintagmas nominais (Brito, 1986:71).

D) O ESPAÇO B PREPOSICIONADO

O espaço B preposicionado a que Brito se refere é o primeiro espaço à direita do verbo com preposição obrigatória, não devendo ser confundido com o objeto direto preposicionado, por este apresentar características próprias.

Tal complemento pode ser indispensável à semântica e à sintaxe do verbo, como em (118) ou, ainda, completar semântica e sintaticamente o verbo, mas com

⁸ Salvo em casos como o apontado no exemplo (110). Brito (p.163) aponta ainda que, com os verbos correr, crescer e engordar, o elemento indicativo de medida é previsto no PP, mas é opcional no PR (“Corro diariamente”; “Adolescentes crescem diariamente”; “Não gosto de engordar”).

a possibilidade de ser omitido, sem alterar o sentido básico do verbo, como se vê em (119) e (119.a), ou de ser substituível pelo pronome *lhe(s)*, como em (119.b).

(118) A menina gosta **de chocolate**.

*(118.a) A menina gosta.

(119) Jesus apareceu **aos discípulos** várias vezes.

(119.a) Jesus apareceu várias vezes.

(119.b) Jesus apareceu-lhes várias vezes.

De extrema importância para nosso trabalho é o estudo que a autora faz sobre as preposições nesses complementos obrigatoriamente preposicionados.

Segundo Brito, existem argumentos que consideram a preposição como parte inerente do verbo:

Verbo + preposição	espaço B
--------------------	----------

e existem argumentos que consideram a preposição como parte do nome complemento:

Verbo	Preposição + espaço B
-------	-----------------------

Para se considerar a preposição como parte inerente do verbo, Brito apresenta dois argumentos:

a) A preposição ser uma exigência do verbo; exemplos:

(120) alguém gosta de algo (ou de alguém).

b) O fato de o falante ter, em seu conhecimento linguístico internalizado, a informação de que a cada um desses verbos corresponde uma preposição específica.

(121) o verbo bater pede preposição em.

Por outro lado, quatro outros argumentos justificam a análise da preposição como parte do nome complemento:

a) O fato de, quando o espaço B é omitido por estar subentendido no contexto, haver a omissão da preposição juntamente com o nome complemento.

(122) — Vocês gostam **de chocolate**? — Sim, gostamos.

b) O fato de entre o verbo e a preposição poderem ser intercalados certos elementos.

(123) O garoto dependia, dia e noite, **do pai**.

c) O fato de, quando há inversão da frase, ser possível deslocar o espaço B preposicionado, mantendo-se a preposição junto do nome.

(124) **Neste problema** eu ainda não tinha pensado.

d) O fato de a entonação da frase mostrar que o espaço B preposicionado forma uma unidade dentro do ritmo da frase.

Assim sendo, a autora conclui que

“a preposição é um elemento exigido pelo verbo, mas na verdade o que o verbo exige é o conjunto formado pela preposição devidamente acompanhada de um sintagma nominal, não a preposição sozinha. A preposição forma uma unidade sintática e entonacional com o sintagma nominal complemento, e são os dois juntos, a preposição e o SN complemento que preenchem o espaço B exigido pelo verbo.”

(1986:80)

Brito ressalta ainda que os mesmos argumentos são válidos para os casos de espaço C, que são complementos sempre preposicionados, como veremos adiante.

Ainda quanto ao complemento preposicionado, a autora opõe-se à classificação da gramática tradicional e apresenta os seguintes complementos preposicionados: o complemento relativo, o objeto indireto e o complemento relativo opcional.

D.1) O COMPLEMENTO RELATIVO

O complemento relativo – denominação dada por Rocha Lima – é um complemento que:

a) não pode ser substituído pelos clíticos *lhe*, *lhes*; pode ser substituído por pronome oblíquo tônico (*dele*, *com ela*, *neles*, *a elas*, etc);

(125) A criança precisa **da mãe**.

(125.a) A criança precisa **dela**.

*(125.b) A criança precisa-*lhe*.

b) tem, na maioria das vezes, valor semântico de alvo;

(126) O aluno precisa **de uma régua**.

c) pode ser ocupado por nomes que admitem uma variação semântica grande, não há muitas restrições quanto ao tipo de elemento que pode ocorrer após a preposição;

d) a preposição exigida varia, idiomáticamente, com o verbo, podendo ser de, em, a, para, com;

e) é um complemento, em geral, indispensável, obrigatório.

(127) Confio **em você**.

*(127.a) Confio.

(128) Eu concordo **com suas ideias**.

*(128.a) Eu concordo.

A autora lembra que alguns verbos, por terem implícito o complemento, admitem a omissão do mesmo, como se vê em:

(129) Meus dois irmãos divergem sempre. (a forma plural do verbo leva à ideia de que um diverge do outro.)

(130) Você reclama demais. (reclama de tudo)

f) muitos verbos desse grupo admitem receber em seu espaço B uma oração subordinada substantiva desenvolvida e, nesses casos, a preposição exigida muitas vezes é omitida na linguagem menos formal.

(131) Ele duvidou **que eu fizesse isso**. (omissão da preposição de)

Brito ressalta que essa característica reforça a diferença entre o complemento relativo e o objeto indireto, já que este último não admite tal possibilidade; ao mesmo tempo, acentua as semelhanças entre o complemento relativo e o objeto direto, uma vez que este também possui tal característica.

Por fim, a autora apresenta uma questão importante. Ao tratar dos complementos relativos ligados a verbos pronominais (vide exemplos (132) e (133)), destaca os verbos *pertencer* e *interessar*. Estes verbos apresentam uma peculiaridade: quando o complemento relativo é um elemento [- hum], ele será substituído por pronome oblíquo tônico, sendo mantida a preposição, como em (134) e (134.a); quando o complemento relativo é um elemento [+ hum], a substituição será por *lhe* ou *lhes* (ou *a ele*), como em (135), (135.a) e (135.b), assemelhando-se ao objeto indireto.

(132) A mulher se queixava **da vida**.

(133) O rapaz se correspondia **com a amada**.

(134) Este livro pertence **à escola**.

(134.a) Este livro pertence **a ela**.

(135) Este livro pertence **ao aluno**.

(135.a) Este livro **lhe** pertence.

(135.b) Este livro pertence **a ele**.

D.2) O OBJETO INDIRETO

Para Brito, o objeto indireto é um tipo de espaço B preposicionado e opcional, ou seja, pode ser omitido no plano das realizações. Ocorre com verbos como *aparecer*, *faltar* (com o sentido de “estar em falta”), *acontecer*, *ocorrer*, *bastar*, *constar* e, até mesmo, *telefonar*. Suas principais características, segundo a autora, são:

- a) é um elemento [+ hum];
- b) tem valor de beneficiário da ação expressa pelo verbo;
- c) costuma apresentar a preposição a (ou para);
- d) pode ser substituído pelos clíticos lhe, lhes.

Este tipo de espaço B preposicionado também pode ocorrer como espaço C, recebendo o mesmo nome.

(136) Faltou coragem **aos garotos**.

(136.a) Faltou coragem.

(136.b) Faltou-**lhes** coragem.

D.3) O COMPLEMENTO RELATIVO OPCIONAL

Este complemento, segundo a autora, diferencia-se do objeto indireto por apresentar as seguintes características:

- a) admite elemento [- hum];
- b) é precedido de preposições variadas, conforme a exigência do verbo;

c) não aceita a substituição por clíticos lhe, lhes.

(137) A criança riu **do irmão**.

(137.a) A criança riu **da piada**. [- hum]

*(137.b) A criança **lhe** riu.

Desta forma, o espaço B preposicionado desse tipo se diferencia por um lado do objeto indireto por não poder ser substituído pelos clíticos *lhe*, *lhes*, e, por outro lado, mostra-se diferente do complemento relativo por ser opcional no plano das realizações.

E) PREDICATIVO

Um ponto importante da análise de Brito – assim como vimos na análise de Bechara – é a consideração do predicativo como complemento do verbo, o que contraria a visão da gramática tradicional.

Ela observa, entretanto, que se trata de um complemento com características próprias, pois completa um determinado tipo de verbo, o chamado verbo de ligação, não podendo ser omitido fora de contexto. Brito acrescenta que, embora seja possível haver predicativo sem haver verbo de ligação, como se vê em (138), é como se este estivesse subentendido, como em (139):

(138) A empregada saiu satisfeita.

(139) A empregada saiu e (ao sair) estava satisfeita.

A autora questiona a visão da gramática tradicional, para quem o verbo de ligação é simplesmente um “elo gramatical”, alegando que este, além de expressar o modo e o tempo, também expressa aspecto. Brito considera que, “também na frase com verbo de ligação, o elemento central é o verbo” (1986:93) e, portanto, tanto o espaço A-sujeito, quanto o espaço B-predicativo são vistos como complementos verbais, mesmo apresentando características bem distintas dos outros complementos.

Diferentemente de qualquer outro espaço B, o predicativo se refere ao sujeito, concordando em gênero e número com ele. Além disso, não é cliticizável – salvo no emprego muito formal do verbo *ser*.

F) COMPLEMENTO LOCATIVO

Alguns verbos que indicam movimento, como *correr*, *pular*, expressam um tipo de ação que não exige complemento que especifique o lugar onde se realiza o movimento. Nesses casos, se houver um locativo, este será um elemento acessório.

(140) O menino correu.

(140.a) O menino correu pelo parque.

Há verbos, porém, que exigem indicação de lugar. Segundo Brito, “por ser uma exigência semântica e sintática do verbo, prevista como elemento obrigatório na potencialidade do verbo, essa indicação de lugar deve ser denominada de complemento locativo” (1986: 110).

A autora lembra que, apesar de esses verbos terem, em seu plano potencial, a previsão de um número *x* de complementos locativos, não exigem a explicitação de todos eles no plano das realizações.

G) COMPLEMENTO ESPECIFICATIVO OU RESTRITIVO

Brito observa que há um grupo de verbos que, à primeira vista, parecem intransitivos, mas que, na verdade, têm em seu plano potencial a previsão de um espaço B, que pode apresentar uma variedade de elementos nominais da mesma área semântica do verbo, e que pode ser omitido. A esse espaço B a autora chama complemento especificativo ou restritivo. Observe:

(141) O menino joga (*xadrez, tênis, vôlei, etc.*) bem.

(141.a) O menino joga bem.

3.3.2.3

O espaço C

O espaço C é um tipo de complemento, sempre preposicionado, que ocorre com verbos aos quais se ligam três espaços nominais básicos⁹. A autora relaciona três tipos de espaço C:

- objeto indireto;
- complemento relativo opcional.
- complemento locativo

Brito apresenta primeiramente o verbo “dar”, como protótipo para representar o grupo dos verbos “*dandi*”, que apresentam um complemento com valor de alvo (espaço B) e um complemento com valor de beneficiário (espaço C). Tal espaço C – por apresentar as mesmas características já citadas no item 3.3.2.2., quando falamos sobre o espaço B preposicionado D.2 – também costuma ser chamado de Objeto Indireto.

(142) A menina deu o livro **ao colega**.

(142.a) A menina deu o livro.

*(142.b) A menina deu.

Como exemplo dos verbos que fazem referência semântica à *ideia de lugar*, Brito cita o verbo “colocar”, que exige, além do espaço A e do espaço B, outro complemento que explicita a ideia de lugar. Esse complemento que ocupa o espaço C, chamado de *complemento locativo*, tem as seguintes características:

- a) apresenta o traço [+ locativo];
- b) em geral, apresenta a preposição “em”, às vezes “por”;

⁹ “Tesnière (1969:255) fala em verbos trivalentes e Lyons (1979:388) faz referência às construções de três lugares”. (Brito, p. 94)

- c) pode ser substituído por advérbios de lugar;
- d) não pode ser omitido – salvo em condições especiais.

(143) A menina colocou o livro **na estante**.

*(143.a) A menina colocou o livro.

*(143.b) A criança colocou.

*(143.c) A criança colocou na estante.

É importante a análise que a autora faz de alguns verbos, como o verbo “jogar”, com sentido de “arremessar”, “lançar”. Ocorre que, em algumas frases, como em (144) e (145), torna-se possível omitir o complemento locativo. Isso porque, nessas frases, a forma verbal expressa ação habitual, costumeira. Observe:

(144) Eles vivem jogando pedras.

(145) Os alunos estão sempre jogando bolinhas de papel.

Quando a frase não apresenta esse sentido habitual, genérico, é necessário que se especifique o complemento locativo.

*(146) Eles jogarão pedras.

Em outros casos, como com o verbo “enviar”, “mandar”, “colocar” e “pôr”, observa-se que só é possível a omissão do complemento locativo quando o mesmo pode ser identificado no contexto.

(147) Eu coloquei o chapéu (em mim).

(148) Ela já tinha posto a roupa de banho (nela mesma).

Outros verbos, além dos verbos “*dandi*” e dos verbos do grupo do verbo “colocar”, também apresentam potencialmente três complementos. O espaço C desses verbos apresenta características distintas:

- a) pode ser omitido no plano das realizações;
- b) não tem valor de beneficiário;
- c) pode apresentar preposições variadas (“de”, “em”, “a”, “por”, etc.).

A esse espaço C – chamado pela gramática tradicional de Objeto Indireto – Brito chama *Complemento Relativo Opcional* – o mesmo analisado anteriormente em 3.3.2.2, D.3, quando falamos no complemento relativo opcional que ocupa o espaço B.

(149.a) É preciso separar os novos **dos velhos**.

(149.b) É preciso separar meus livros.

(150.a) A moça multiplicou a primeira parcela **pela segunda**.

(150.b) A moça multiplicou seu salário.

A autora analisa também, como mostramos em 3.3.2.2, F, os verbos de movimento que exigem, no plano potencial, espaço B ou espaço C com valor de locativo, como “ir”, “voltar”, “vir”, “chegar”, “sair”, “fugir”, etc.

Neste trabalho, não analisaremos detalhadamente esses casos. Interessamos, apenas, a noção expressa pela autora de que, independentemente do elemento ser dispensável ou não no plano das realizações, ele é denominado de complemento quando é exigido pelo verbo em seu plano potencial.

Além disso, é importante ressaltar a posição de Brito, que, ao contrário da gramática tradicional, considera o complemento indicador de lugar como complemento verbal – complemento locativo – e não apenas como um termo acessório – adjunto adverbial.